

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi

CNPJ 01.222.069/0001-22
Sede: Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º Andar, Vila Yara, Osasco, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Contábeis da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi ("Companhia"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 95.175 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 1.773.998 mil e

Ativos Totais de R\$ 1.782.453 mil. A Assembleia Geral deliberará quanto a parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do capital social. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social. Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco, SP, 31 de janeiro de 2018.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais		
	2017	2016
ATIVO		
CIRCULANTE	1.765.700	986.179
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5).....	939.904	409
Ativos Financeiros Disponível para Venda (Notas 6 e 14a).....	775.411	869.968
Ativos Financeiros para Negociação (Notas 8 e 14a).....	48.904	114.983
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 15e).....	782	120
Outros.....	699	699
NÃO CIRCULANTE	16.753	718.097
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	16.753	718.097
Ativos Financeiros Disponível para Venda (Notas 6 e 14a).....	-	700.661
Empréstimos e Recebíveis (Nota 7a).....	241.350	241.488
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7a).....	(241.350)	(241.488)
Créditos Tributários (Nota 15c).....	16.753	17.436
TOTAL	1.782.453	1.704.276

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
RECEITAS OPERACIONAIS	3.490	4.772
Recuperação de Créditos (Nota 7b).....	3.353	4.326
Reversão de Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7b).....	137	446
DESPESAS OPERACIONAIS	28.161	27.125
Perdas de Créditos Recebíveis (Nota 7b).....	22	176
Despesas Tributárias (Nota 11).....	8.148	10.541
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 12).....	2.006	2.487
Despesas de Pessoal (Nota 13).....	17.985	13.921
RESULTADO FINANCEIRO	170.985	221.882
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 10).....	170.985	221.882
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	146.314	199.529
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 15a)	(51.139)	(67.789)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	95.175	131.740
Número de ações.....	430.311.119	430.311.119
Lucro Líquido Básico por lote de mil ações em R\$.....	221,18	306,15

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	146.314	199.529
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	222	(312)
Reversão de Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(137)	(446)
Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas.....	337	(42)
Perdas de Créditos Recebíveis.....	22	176
Lucro Líquido Ajustado	146.536	199.217
Redução/(Aumento) em Ativos Financeiros Disponível para Venda.....	795.218	(284.109)
Redução/(Aumento) em Ativos Financeiros para Negociação.....	66.079	(114.983)
Redução em Empréstimos e Recebíveis.....	138	239.438
Redução em Outros Ativos.....	5.021	42.336
Redução em Outras Obrigações.....	775	942
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos/Compensados.....	(73.020)	(89.317)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	940.747	(6.476)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos.....	(1.252)	(1.116)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(1.252)	(1.116)
(Aumento)/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	939.495	(7.592)
Início do Exercício.....	409	8.001
Fim do Exercício.....	939.904	409
(Aumento)/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	939.495	(7.592)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi ("Companhia") é uma Companhia que tem por objetivo exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimos, de financiamentos e de arrendamento mercantil. A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 31 de janeiro de 2018.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2017. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente convertíveis em dinheiro.

2.4) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria: para negociação, disponíveis para venda, empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros para negociação

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo no resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos, que não são classificados para negociação, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento, para os quais existe a intenção de mantê-los por um período de tempo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços de títulos de patrimônio ou necessidades de liquidez.

c) Empréstimos e recebíveis

Os créditos recebíveis, oriundos de operações de securitização, são inicialmente registrados ao seu custo de aquisição, sendo mantidos sem qualquer atualização. Por ocasião do recebimento de qualquer parcela dos créditos adquiridos, esta é deduzida do custo de aquisição até o limite do mesmo; e o eventual valor excedente é reconhecido como resultado de créditos recebíveis na conta "Rendas de Créditos Recebíveis".

2.5) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

As aplicações em fundos de investimentos financeiros são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.6) Provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de perda no valor recuperável dos créditos como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo e leva em consideração as avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito. A composição das contas patrimoniais da provisão está apresentada na Nota 7a.

2.7) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.8) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 8.823/09 do CMN sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.9) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.10) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

a) Rendas de créditos recebíveis

As receitas de créditos recebíveis são reconhecidas no resultado pelos recebimentos de valores de operações de créditos recebíveis oriundas de Instituições Financeiras.

b) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros e demais ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.11) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

A despesa com imposto de renda é constituída do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e do imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e a previsão de realização dos créditos tributários, bem como dos valores dos créditos tributários não ativados, estão apresentadas na Nota 15.

2.12) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base pro rata dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base pro rata dia).

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações pelo nível de hierarquia:

Nível 1
Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2
Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3
Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Determinados ativos, como propriedade de investimentos, estão sujeitos à perda ao valor recuperável (impairment). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de reversão ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais			
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2017	2016	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	2016	
CIRCULANTE	8.455	26.185	
Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 15f).....	5.455	22.664	
Dividendos a Pagar (Notas 9c e 14a).....	904	1.252	
Proventos.....	2.016	1.300	
Outras Obrigações (Nota 16).....	80	969	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.773.998	1.678.091	
Capital Social:			
- De Domiciliados no País (Nota 9a).....	1.028.459	1.028.459	
Reservas de Lucros (Nota 8b).....	745.785	651.514	
Ajuste de Valor de Mercado.....	(246)	(1.882)	
TOTAL	1.782.453	1.704.276	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais						
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Ajuste de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados
				Própria	Totais	
Saldos em 31.12.2015	1.028.459	59.428	461.597	-	-	1.549.484
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	(1.882)	-	(1.882)
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	131.740	131.740
Destinações: - Reservas.....	-	6.587	123.902	-	(130.489)	-
- Dividendos Pagos.....	-	-	-	-	(1.251)	(1.251)
Saldos em 31.12.2016	1.028.459	66.015	585.499	(1.882)	-	1.678.091
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	1.636	-	1.636
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	95.175	95.175
Destinações: - Reservas.....	-	4.759	89.512	-	(94.271)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	(904)	(904)
Saldos em 31.12.2017	1.028.459	70.774	675.011	(246)	-	1.773.998

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Lucro Líquido do Exercício	95.175	131.740
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	1.636	(1.882)
Total do Resultado Abrangente	96.811	129.858

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Disponibilidades em moeda nacional (1).....	8	211
Fundos de investimentos financeiros (2).....	939.896	198
Total de caixa e equivalentes de caixa	939.904	409

(1) Refere-se a depósito bancário à vista; e

(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, composto por Letras Financeiras do Tesouro e Operações Compromissadas, exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou companhias a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.

6) ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Títulos	2017		Valor de mercado/contábil	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado
	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Letras financeiras (1).....	775.411	-	775.411	775.784	(373)
Total em 2017	775.411	-	775.411	775.784	(373)
Total em 2016	869.968	700.661	1.570.629	1.573.481	(2.852)

(1) Referem-se a Letras Financeiras emitidas pelo Banco Bradesco S.A., a taxa de 102,75% do CDI, com vencimentos em 20.12.2018, que estão classificadas como Nível 2.

7) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

a) Composição dos empréstimos e recebíveis

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Créditos e recebíveis (1).....	241.350	241.488
Provisão para perda do valor recuperável.....	(241.350)	(241

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi

CNPJ 01.222.069/0001-22
Sede: Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º Andar, Vila Yara, Osasco, SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(51.299)	(67.652)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias.....	160	(137)
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(51.139)	(67.789)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro			
	2016	Constituição	Realização	2017
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	15.960	-	47	15.913
Outras provisões.....	506	664	457	713
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.....	16.466	664	504	16.625
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda.....	970	127	970	127
Total dos créditos tributários.....	17.436	791	1.474	16.753

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro		
	Diferenças temporárias		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	
2018.....	4.080	1.470	5.550
2019.....	4.075	1.467	5.542
2020.....	4.076	1.467	5.543
2021.....	87	31	118
Total.....	12.318	4.435	16.753

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, praticada pela Organização Bradesco, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 16.013 (2016 - R\$ 15.718), de diferenças temporárias.

e) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar refere-se a contribuição social do período atual no montante de R\$ 782 (2016 - R\$ 120).

f) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 5.455 (2016 - R\$ 22.664) referem-se, ao PIS no montante de R\$ 64 (2016 - R\$ 132), Cofins no montante de R\$ 397 (2016 - R\$ 811), Imposto de Renda Pessoa Jurídica no montante de R\$ 4.849 (2016 - R\$ 21.284), INSS no montante de R\$ 71 (2016 - R\$ 363), IRRF/PIS/Cofins/CSLL a recolher sobre serviços prestados no montante de R\$ 74 (2016 - R\$ 74).

16) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Outras obrigações a pagar.....	-	895
Editais e publicações.....	80	74
Total.....	80	969

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016;

b) Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não há processos com riscos cíveis, fiscais e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis;

c) Não há eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017; e

d) CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9): Reconhecimento e Mensuração - as principais mudanças do CPC 48 em relação ao CPC 38 são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do CPC 38, em três classificações: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado; (iii) as categorias constantes no CPC 38, tais como a de negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos do CPC 38 foi extinto pelos conceitos deste novo CPC.

O CPC 48 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018, na avaliação da Companhia não teremos reclassificações decorrentes da adoção do CPC 48. A Companhia acredita que as perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) não terão reflexos relevantes para os ativos e investimentos diretos/indiretos avaliados no modelo do CPC 48; e

CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes (IFRS 15) - requer que o reconhecimento da receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. O CPC 47 substitui o CPC 30 e o CPC 17, bem como interpretações relacionadas, anexa ao CPC 30, ICPC 02 e ICPC 11. O CPC 47 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018 e na avaliação da Companhia não terão impactos.

A DIRETORIA

Marco Antonio Cunha de Santana - Contador - CRC 1SP200234/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi
Osasco - SP

Opinião

Nossa auditoria das demonstrações contábeis da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 26 de abril de 2018



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2